

O BIRD muda de tática e promove debate sobre a necessidade de mudanças

por Paulo Sotero
de Washington

Nos últimos dois anos, o Banco Mundial, o maior credor individual da dívida externa brasileira, traçou vários planos ambiciosos para manter um fluxo positivo de recursos para o País.

Seus técnicos discutiram com Brasília pelo menos quatro grandes empréstimos para financiar reformas de setores-chave da economia no valor aproximado de US\$ 500 milhões cada um. A aprovação destes empréstimos, de desembolso rápido, daria continuidade ao programa iniciado em junho de 1986, quando o BIRD, já em plena vigência do Plano Cruzado, concedeu os maiores créditos de sua história ambos de meio bilhão de dólares cada para o Brasil.

Os efeitos do fracasso do cruzado, o vaivem de ministros da área econômica e a relutância do governo em assumir os riscos políticos inerentes às reformas impediram, contudo, que qualquer um dos créditos fosse concretizado. O resultado é que, no ano passado, o Brasil teve um fluxo negativo de mais de US\$ 600 milhões com o BIRD, seu mais tradicional e consistente provedor de recursos líquidos.

Finalmente convencidos de que as mudanças no Brasil levarão tempo para se concretizar, os dirigentes do BIRD decidiram, agora, mudar de tática. Em lugar de simplesmente negociar com o governo brasileiro as condições de cada empréstimo, agora a instituição deseja também estimular o debate sobre a necessidade das reformas setoriais. A primeira manifestação desta nova disposição se materializará nos dias 11 e 12 de abril próximos num seminário que o Banco Mundial promoverá, em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, no hotel Maksoud Plaza, em São Paulo. Tema do seminário: "Por uma nova política de comércio exterior do Brasil".

Na base do programa de dois dias de palestras e debates, dos quais participará uma platéia selecionada de empresários, funcionários de governo, economistas e jornalistas econômicos especialmente convidados, está um estudo sobre a política comercial de 19 países que o Banco concluiu recentemente. A análise da política comercial brasileira será feita no segundo dia do seminário pelo professor Donald Coes, da Universidade de Illinois.

A intervenção de Coes será precedida pela apresentação de vários casos como o da Espanha, da Iugoslávia, da Grécia, da Argentina e da Coreia do Sul, que implementaram políticas de reforma comercial em anos recentes com diferentes graus de sucesso. Assim, Guillermo de la Dehesa, secretário da Economia do governo espanhol explicará como a Espanha democrática evoluiu de uma economia fechada da era franquista para uma participação total no Mercado Comum Europeu, enfatizando como as obrigações internacionais dos países podem facilitar as reformas das políticas sociais.

Na mesma direção, Demetrios Papageogiou, chefe da Divisão de Comércio, Finanças e Indústria do Departamento do Brasil do Banco Mundial, relatará a experiência de seu país natal, a Grécia, um outro país que reforçou os alicerces da tradição democrática iniciando com rapidez e implementando com eficiência uma política de liberalização econômica.

Estabelecendo o contraste, Oli Havrylyshyn, chefe do Departamento de Economia da Universidade de George Washington, na capital dos EUA, falará sobre a dificuldade de realizar reformas de política comercial numa nação como a Iugoslávia, de economia dominada pelo estado e que, como o Brasil, pratica o controle generalizado de preços. Como reformar a política comercial em países com déficits fiscais persistentes? Este item, adequado à realidade brasileira será tratado pelo dr. Domingo Felipe Cavallo, economista e membro do Congresso argentino, que relatará a experiência de seu país. Os outros casos específicos abordados serão o Chile, a Coreia do Sul e Cingapura.

Carlos Geraldo Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Escola de Pós-graduação de Economia da FGV e Armeane Choksi, diretor do Departamento de Brasil do Banco Mundial abrirão os trabalhos. Pelo menos dois ex-ministros da Fazenda, Mario Henrique Simonsen e Luiz Carlos Bresser Pereira, já concordaram em participar do painel de encerramento das discussões.

Esta é a primeira vez que o Banco Mundial copatrocina um evento deste tipo para discutir um tema tão sensível da política econômica de um país membro, como a necessidade de abrir sua economia.